

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL MINERAL – CPNM

Ata da 9ª Reunião Ordinária

Data: 04 de julho de 2003

Local: Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais em Belo Horizonte

Presentes: Dr. Danilo Fernandes Costa (Coordenador Geral do DSST), Dr. Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM – DRT-MG), Ivone Corgosinho Baumecker (DRT/MG) Alexandre Trajano de Arruda (DNPM), José Carlos do Vale (CNTSM/CUT), Marta de Freitas (FS), Roberto Dias Lima (CNF), Lênio Sérgio Amaral (FUNDACENTRO /MG), Rogério Alves da Silva (DSST) e Cleber Gomes (SIECESC).

Ausências Justificadas: Luiz Carlos Emanuely Osório, Hermano Gomes Machado e Fernando Lignani.

A reunião, coordenada pelo Dr. Mário Parreiras, foi iniciada com a apresentação da Ata da 1ª Reunião Conjunta da CPNM e SPNMG que depois de pequenas alterações foi aprovada e assinada pelos membros presentes. Em seguida, o Coordenador deu ciência aos presentes da correspondência encaminhada à Comissão pelo Engenheiro Giuseppe De Lorenzo, comunicando ter solicitado à CUT seu desligamento da Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral e da Subcomissão Permanente Nacional do Mármore e Granito em virtude de estar prestando serviços ao Governo do Estado do Espírito Santo. Dr. Mário Parreiras e a Dra. Ivone Baumecker enfatizaram os relevantes serviços que o Engenheiro Giuseppe prestou não só à Comissão mas também sua grande participação da elaboração da NR-22, sempre auxiliando com seus conhecimentos a busca do consenso e da melhoria das condições de trabalho. Ficou consensado que a Comissão, através de seu Coordenador, encaminhará agradecimento especial ao Engenheiro Giuseppe pelos trabalhos que desenvolveu junto à Comissão. Dando prosseguimento à pauta o Coordenador expôs sua proposta de adequar o item 22.36.12.1 (treinamento de membros da CIPAMIN) ao item 5.35. da NR-5 (CIPA) de forma que o treinamento dos membros da CIPAMIN e designados pudesse também ser realizado por outros profissionais, além do SESMT da empresa ou entidades sindicais de trabalhadores e empregadores. Após discussões e argumentações dos presentes ficou consensado que a redação do item 22.36.12.1 da NR-22 deverá ser modificado para a seguinte redação:

“22.36.2.1 – O treinamento para membros da CIPAMIN poderá ser ministrado pelo SESMT, entidades sindicais de empregadores ou de trabalhadores ou por profissionais que possuam conhecimentos sobre os temas ministrados, escolhidos de comum acordo entre o empregador e os membros da Comissão.”

Também ficou consensado acrescentar à NR-22 o subitem 22.36.2.1.1 com a seguinte redação: *“As empresas com até 50 (cinquenta) empregados, inclusive*

as que possuem somente trabalhadores designados, podem organizar ou participar de treinamentos conjuntos que contemplem os temas especificados no item 22.36.12.2.” Após, o Coordenador apresentou aos presentes o “Regulamento Técnico sobre a movimentação de chapas de mármore, granito e outras rochas” que foi parcialmente consensado na reunião da Subcomissão Permanente Nacional do Mármore e Granito, ocorrida em Vitória, no dia 13 de junho. Enfatizou que o documento apresentado ainda precisa ser finalizado o que deverá ocorrer na próxima reunião da Subcomissão programada para o dia 14 de julho em Vitória no Espírito Santo. O coordenador informou que encaminhou o documento ainda não finalizado para os membros da CPNM apenas para adiantar as discussões e que, infelizmente houve um mal entendido e que algumas entidades que não participaram diretamente das discussões receberam o documento o que foi motivo de manifestação de estranheza por membro representante patronal da Subcomissão. Alexandre Trajano, representante do DNPM informou que assim que recebeu a proposta de Regulamento, encaminhou-a a diversas entidades de empregadores e empresas solicitando que sugestões fossem encaminhadas ao DNPM até o dia 10 de julho para apreciação na Subcomissão. O coordenador da CPNM mais uma vez enfatizou que o documento não estava pronto. Após discussões e diante da preocupação do Coordenador com a celeridade dos trabalhos de publicação do Regulamento, ficou acertado que o documento, finalizado em Vitória no dia 14 de julho, será encaminhado por meio de correio eletrônico aos membros da CPNM para aprovação e, uma vez aprovado, o Coordenador da CPNM o encaminhará ao DSST para publicação como Anexo da NR-11 que trata do “Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), conforme minuta de Portaria apresentada pelo Coordenador. Dando seguimento à pauta foram discutidas as atividades da Comissão tendo o Dr. Danilo Costa ratificado o apoio do DSST à CPNM e enfatizado a necessidade de se estabelecer um programa de trabalho da CPNM conforme o cronograma de trabalhos do DSST e agregando outros setores como a mineração no Programa Nacional de Eliminação da Silicose e com criação de grupos de trabalho com encaminhamento de proposta de termos de cooperação entre as instituições. Expôs ainda a idéia de fazer um encontro das bancadas de governo dos diversos grupos tripartite para troca de experiências e construção de um mapa de riscos nacional, lembrando a oficina de trabalho sobre segurança química que o DSST realizou recentemente. Dr. Mário Parreiras informou que foi contatado pelo coordenador do PNES, no sentido da CPNM, para participar daquele Programa. Relatou ainda sobre a experiência positiva com o Curso para membros da CIPAMIN na cidade de Papagaios/MG, que é a maior produtora de pedra ardósia do Brasil e que reunião cerca de 130 pessoas durante 3 dias. O Engenheiro Lênio informou que como desdobramento do curso a Fundacentro estará realizando no mês de agosto avaliações ambientais no setor de ardósia em Papagaios. Lembrou ainda a necessidade de adoção de critérios uniformes para avaliações de poeiras, propondo a elaboração de uma Nota ou Regulamento Técnico disciplinando a questão. Dr. Danilo ressaltou que a sistematização de metodologias de avaliações quantitativas e a Nota Técnica deve ser referenciada na NR-22, lembrando o exemplo das Instruções Normativas do Benzeno que se referem a avaliações ambientais e de vigilância à saúde dos expostos ao Benzeno. Roberto Lima disse que a normatização de avaliações é importante de forma

que o empresário gaste bem o valor investido nestas avaliações. José Carlos ressaltou que, muitas vezes, no palpe as coisas andam muito bem e que devem ser criados mecanismos de checagem da qualidade das avaliações e dos exames médicos dos trabalhadores, ao que Roberto Lima acrescentou que a prevenção de doenças deve ser apoiada em dois fatores: monitoramento adequado e controle médico eficiente, podendo inclusive se chegar ao ponto de ter que se reduzir a jornada de trabalho para reduzir o tempo de exposição, devendo ser criados mecanismos de controle da qualidade das avaliações médicas e ambientais. Dr. Danilo Costa enfatizou que as avaliações quantitativas e qualitativas devem estar acopladas com os programas de prevenção e que os trabalhadores devem estar instrumentalizados para acompanhar e fazer o controle de qualidade das avaliações ambientais e dos exames médicos, dizendo ainda que a discussão com a sociedade e a integração dos órgãos públicos é um dos principais desafios do novo governo, apontando para a possibilidade de elaboração de documentos ou regulamentos intersetoriais entre as áreas trabalho, saúde e previdência social. Dra. Ivone lembrou que no caso da mineração temos realidades diferentes entre as grandes e pequenas empresas e que devem ser criados mecanismos para ações de segurança e saúde nas pequenas empresas para atender à Norma e para criar estratégias de controle nas grandes empresas. O Engenheiro Cleber lembrou que cada um tem que fazer sua parte e que no caso do setor carbonífero as pequenas empresas competem com as grandes e que as doenças e os acidentes mancham o setor inteiro independentemente de onde ocorrem e que o setor público deve ser aparelhado para fazer a checagem e o controle das avaliações. Lembrou também a experiência da Comissão Regional de Santa Catarina que em 2000 fez 6 inspeções conjuntas, em 2001 fez 63 inspeções conjuntas e no ano de 2002 todas as empresas do setor foram visitadas pela Subcomissão Regional, havendo ainda reuniões internas bipartites para solução dos problemas. Enfatizou que é preciso ter uma maior integração da Comissão Regional de Santa Catarina e a CPNM para maior agilidade na troca de experiências, lembrando a dificuldade de fornecimento de alimentação no subsolo das minas de carvão. Relatou ainda que está havendo uma supervalorização das estatísticas do setor mineral em Santa Catarina com emissão de CAT pelo sindicato dos trabalhadores e reaberturas de CAT que são considerados acidentes novos e que as terceirizadas não entram nas estatísticas do setor, além de que não são considerados os cerca de 400 trabalhadores da cooperativa existente. Na oportunidade, O Engenheiro Cleber convidou os representantes da CPNM para participar do encontro de CIPAMIN na cidade de Criciúma nos dias 16 a 18 de julho. O engenheiro Alexandre lembrou a necessidade de se fazer um planejamento estratégico e de se implementar de fato o termo de cooperação assinado entre o DSST e o DNMP. Passando a deliberações ficou acertado que a uma vez aprovado o Regulamento Técnico sobre movimentação de chapas de mármore, granito e outras rochas pela Subcomissão do Mármore e Granito este seria encaminhado por e-mail para os membros da CPNM que o examinariam e aprovariam mandando seu voto por correio eletrônico para o Coordenador da CPNM que então o encaminharia ao DSST para aprovação. Pedindo a palavra, José Carlos propôs a criação de uma Subcomissão Regional do setor mineral em Minas Gerais que seria coordenada pela DRT, baseada na experiência de Santa Catarina em que há inclusive a participação da comunidade. Tal

proposta foi aprovada pelos presentes devendo ser convidadas várias entidades para uma reunião preliminar de criação da Subcomissão. Pedindo a palavra Marta de Freitas informou sobre o projeto piloto conjunto Fundacentro-Universidade Federal de Minas Gerais para mapeamento do quadrilátero ferrífero buscando a construção de um banco de dados sobre as condições de segurança e saúde dos trabalhadores de mineração. Dr. Danilo enfatizou a importância da Subcomissão Regional, construindo estratégias de racionalização das ações, sugerido que estas se transformem em ações programáticas com estabelecimento de projetos que seriam apoiados pelo DSST que também está estimulando a implementação de Termos de Cooperação com outras entidades. A Engenheira Ivone propôs a realização de um curso para os membros da CPNM e outros convidados sobre concepções de acidentes de trabalho com duração de 3 dias ministrado por professor da UNESP estudioso do assunto. A proposta foi aprovada e deverá ser viabilizada em parceria com empresas e a Fundacentro e organizado pela CPNM, ficando indicado o mês de agosto próximo para a realização do Curso. Finalmente a Engenheira Marta de Freitas informou que haverá uma reunião da CUT entre os dias 5 e 7 de agosto para discutir a representação da Central em diversas instâncias visto que muitos de seus representantes estão ocupando funções no Governo que após esta discussão que se fará inclusive com outras Centrais serão indicados nos novos representantes para a Bancada dos Trabalhadores na CPNM. Nada mais tendo a ser tratado deu-se por encerrada a reunião, marcando-se a próxima para o dia 5 de setembro em Belo Horizonte tendo como pauta o planejamento das ações seguintes e estabelecimento de plano de trabalho da Comissão, sendo que a ata será lavrada posteriormente e encaminhada aos participantes para exame e aprovação final na reunião do dia 5 de setembro.